

Mário Serra Pereira

DIREITO FOTO — GRAFAR EM PORTUGAL

Instituto Português de Fotografia

A casa da fotografia é aqui

www.ipf.pt



INSTITUTO PORTUGUÊS
DE FOTOGRAFIA

FICHA TÉCNICA

O Instituto Português de Fotografia (IPF) é uma escola que conta já com 5 décadas de actividade, dedicada inteiramente à Fotografia. Enquanto instituição, apresentamos um programa de acção cultural regular e coerente: publicação de álbuns de autor e de textos didácticos, organização de palestras temáticas, apresentação de exposições dos seus formandos e de autor (de fotógrafos nacionais e estrangeiros), assim como organização de eventos nas suas instalações em Lisboa e no Porto e em diversas localidades do País. Estamos acreditados como Entidade Formadora pela Direcção-Geral do Emprego e do Trabalho, admitidos na Comissão Sectorial 11 (Educação e Formação) pelo Instituto Português da Qualidade que nos reconhece como Organismo de Normalização para a Fotografia.



Autores: **Mário Serra Pereira**

Nota Bibliográfica: Formador da disciplina Fotografia e Direito, no Curso Profissional de Fotografia do IPF. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1990. Pós-Graduado em Estudos Europeus, no Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1993. Pós-Graduado em Direito do Emprego Público, pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2009. Formador com Certificado de Competências Pedagógicas. Assessor do Provedor de Justiça, desde Junho de 2005. Técnico Superior da Direcção Geral da Administração da Justiça. Foi Secretário-geral Adjunto do Ministério da Justiça (2000-2005). Foi Secretário-geral Adjunto do Ministério do Ambiente (1996-2000). No âmbito da fotografia Tem vários artigos publicados no âmbito do Direito e Fotografia. É membro da Comissão Técnica 174, que assiste o Instituto Português de Fotografia no desempenho da missão que lhe cabe como Organismo de Normalização Sectorial para a Fotografia (no âmbito do Instituto Português da Qualidade). Tem proferido palestras sobre a temática da fotografia e o Direito em vários organismos públicos e privados. Compilou e actualizou uma versão do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos. Elaborou um Guia sobre o Direito de Fotografar em Portugal.

Data: **2008-2016**

Edição: **Instituto Português de Fotografia**

2016

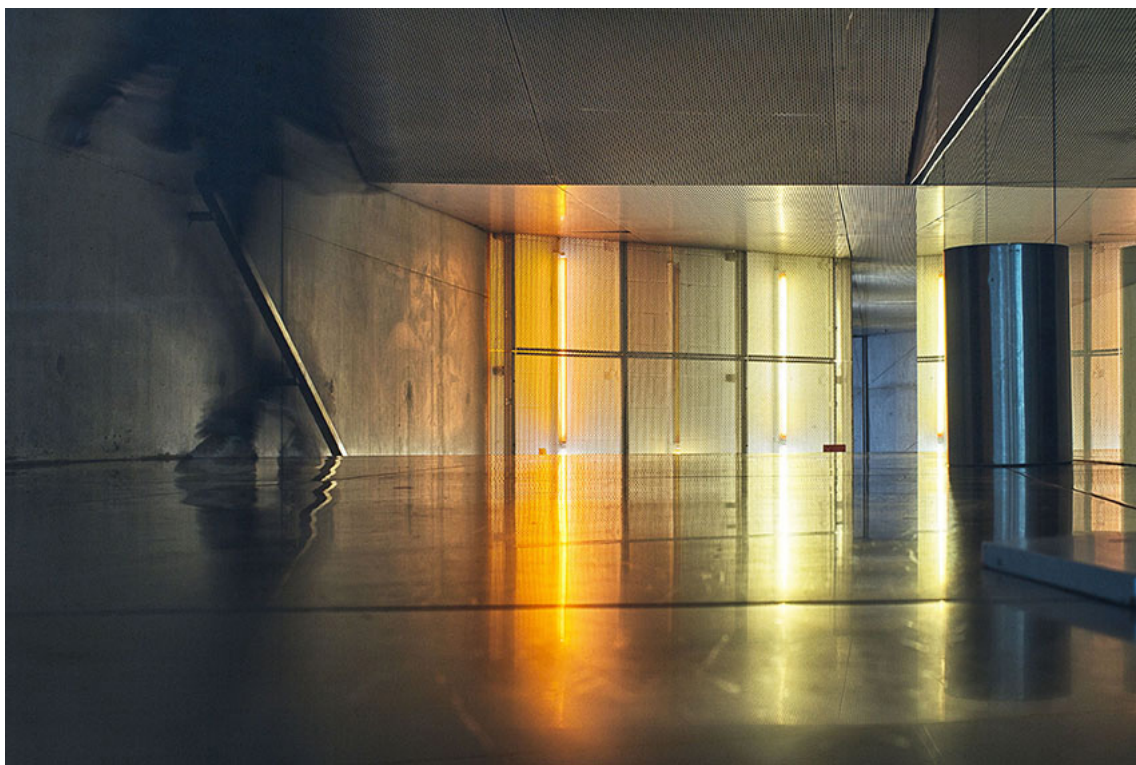
AVISO LEGAL

A informação contida neste documento é válida à data da sua elaboração, mas não é aconselhamento legal. Reflete uma opinião geral, baseada na lei vigente, em matéria de direito a fotografar. Qualquer aplicação ao caso concreto carece de apreciação detalhada e análise dos diplomas legais pertinentes. Os utilizadores desta informação devem aceitá-la como está e consultar um advogado ou outro profissional do direito para os problemas concretos que encontrarem. Neste contexto, o autor ou distribuidor deste folheto não podem ser responsabilizados por qualquer situação baseada ou relacionada com a utilização do mesmo.

Os conteúdos deste documento estão licenciados sob uma Licença Creative Commons. 1) O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante. 2) O utilizador não pode utilizar esta obra para fins comerciais. 3) Se alterar, transformar, ou criar outra obra com base nesta, só poderá distribuir a obra resultante através de uma licença idêntica a esta: 3.1) Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra. 3.2) Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor. 3.3) Esta licença não anula ou restringe os direitos morais do autor.

O autor permite a distribuição deste documento na sua versão eletrónica original.

marioserrapereira@gmail.com



ÍNDICE

1. Introdução	P05
2. O direito de fotografar	P06
3. Fotografia em locais públicos	P08
4. Fotografia em locais privados ou de acesso ao público	P12
5. Fotografia de pessoas	P15
6. Atuação das autoridades judiciárias e de polícia	P19
7. Em síntese	P24

INTRODUÇÃO

Podemos fotografar em locais públicos? O que são Direitos de Autor? E o Direito à Imagem? Não obstante vivermos num mundo onde a imagem é cada vez mais utilizada — inclusivamente com novas e mais amplas formas de divulgação, tal como a Internet —, existe ainda muita confusão no que diz respeito aos princípios éticos e às leis que regem a atividade fotográfica (assim como outras vertentes da imagem). Regras e exceções que determinam a (não) utilização de cada fotografia, e guiam o profissional, tornando-o conhecedor e consciente dos direitos e deveres inerentes à sua atividade.

Com este ebook, pretendem-se tornar mais claras e acessíveis todas essas questões.

Boa leitura!



1.

O DIREITO DE FOTOGRAFAR

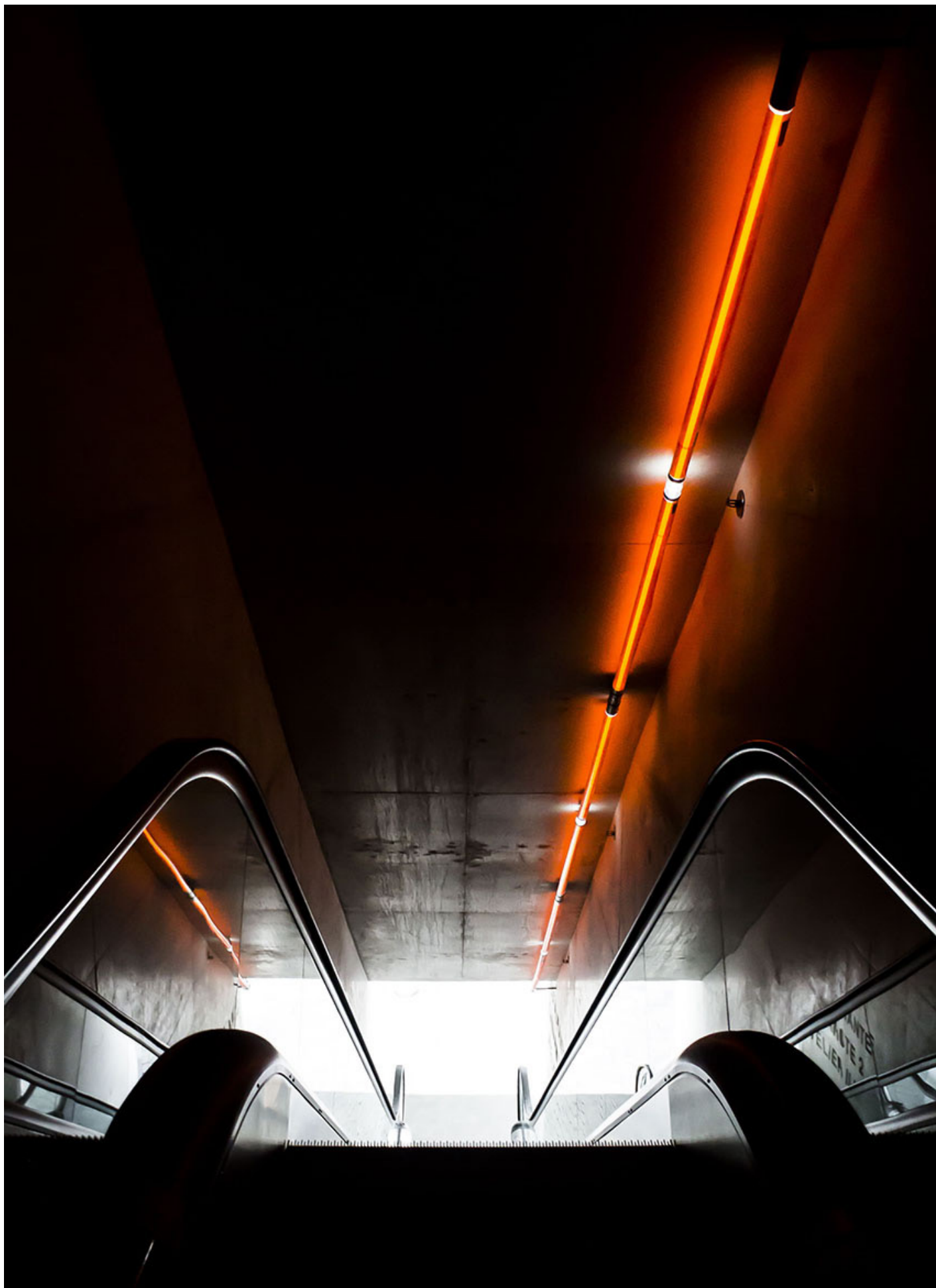
Em regra, podem ser feitas fotografias em lugares públicos e noutros locais onde não existam restrições específicas: ruas, passeios, parques; edifícios; acidentes e incêndios; pontes e outras infraestruturas; estabelecimentos industriais; equipamentos de transportes (ex. aeroportos). Podem igualmente ser fotografadas pessoas (adultos e crianças), celebridades, atividades criminais em curso, agentes de autoridade no exercício da profissão. No entanto, existem limites, e o seu conhecimento é importante para saber o alcance do direito de fotografar.



2.

FOTOGRAFIA EM LOCAIS PÚBLICOS

Em Portugal pode fotografar-se quase tudo – não existe uma proibição genérica de fotografar em locais públicos. Os fotógrafos, amadores ou profissionais, podem fotografar quase livremente todos os locais. Existem, contudo, algumas restrições específicas.





Pode haver limitações em certas áreas, devidamente assinaladas, onde a recolha de imagens (mesmo a partir de área pública) possa pôr em causa a segurança de pessoas e bens, como sejam, por exemplo, certos pormenores de aeroportos, portos e outras instalações industriais (produção de energia, barragens, etc.), tribunais e outras instalações judiciais.

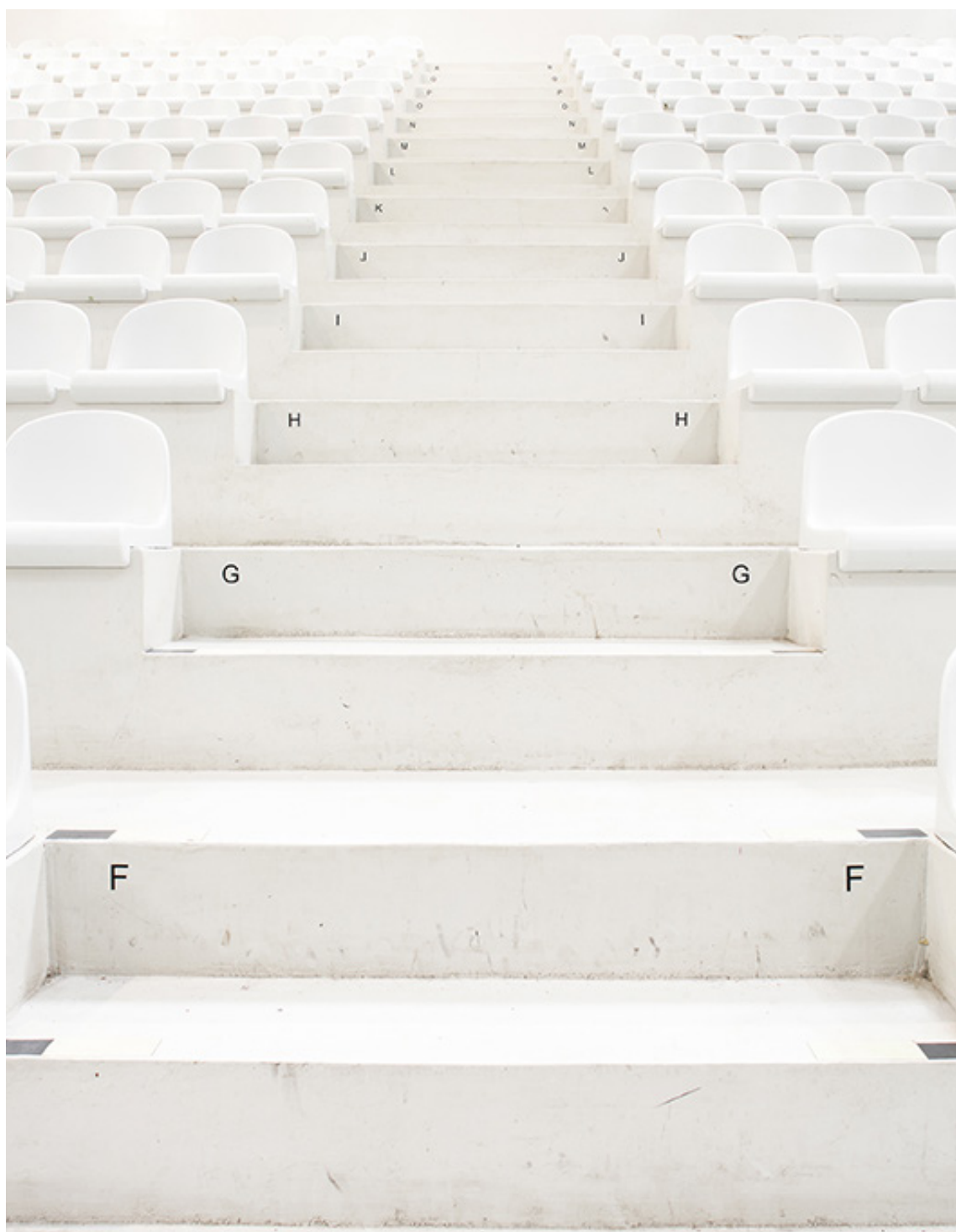
Em geral, é necessária autorização específica para o caso de fotografia com finalidades lucrativas. Existem legislação e regulamentos municipais que convém conhecer no caso de se pretender realizar trabalhos desta natureza, nomeadamente no caso de ocupação da via pública.

Os fotógrafos amadores devem ter presente que, apesar de algumas das restrições aplicáveis aos profissionais não lhes serem destinadas, em certas circunstâncias, podem ser abrangidos por esta regulamentação – por ex. se ocuparem a via pública de modo a perturbar a sua normal utilização.

Deve ser tida em consideração a possível inclusão de logotipos ou marcas registadas, sujeitas a proteção. Se não é possível remover elementos existentes na via pública ou nesta acessíveis, também é verdade que existe proteção sobre as mesmas que tem de ser respeitada. Especialmente no caso de fotografia com intuito lucrativo deve haver o cuidado de não incluir este tipo de elementos ou de garantir as necessárias autorizações.

Devem ser tidas em consideração as limitações que podem existir em parques e reservas naturais, sobretudo no caso de fotografia não amadora. Para o efeito, deverá ser contactado o organismo público responsável pela sua gestão.

É lícita a fotografia de agentes de autoridade no exercício da sua atividade, por exemplo no decurso de uma detenção ou uma manifestação ou de uma ação de investigação criminal. No entanto, devem ser tomadas as devidas precauções durante a tomada das imagens e no seu uso posterior.



3.

FOTOGRAFIA EM LOCAIS PRIVADOS OU DE ACESSO AO PÚBLICO

A tomada de imagens dentro de propriedade privada carece de autorização. Devem ser tomadas as precauções necessárias, especialmente em zonas claramente delimitadas.



O proprietário pode autorizar o acesso à sua propriedade, mas não consentir na tomada de imagens.

Em geral, é lícita a tomada de imagens de zonas de propriedade privada a partir de locais públicos, desde que essas imagens não sejam violadoras, por exemplo, da reserva de intimidade ou privacidade, ou simplesmente tenham uma finalidade comercial. Podem, porém, existir zonas de proteção especial, em que esta permissão genérica não existe.



É lícito ao proprietário, por si ou por via de segurança privado (creditado para o efeito), usar os meios adequados para impedir a invasão ou violação do seu direito de propriedade. No entanto, estes meios são limitados ao razoável, aferido em concreto, e medidas mais restritivas das liberdades individuais apenas podem ser tomadas por autoridades policiais ou judiciárias. O confisco do equipamento fotográfico não é permitido nestas circunstâncias e apagar as fotos do cartão de memória ou a destruição do filme no local não são da competência destes agentes – apenas mediante ordem judicial. Pode o bom senso aconselhar a que esta opção seja considerada pelo próprio, mas esta é sempre uma escolha sua e aferida em concreto.

Sobretudo fora das zonas urbanas, existem vastas áreas de propriedade privada não delimitada. Nestes locais mantém-se a regra de autorização, pese embora não seja razoável exigir ao fotógrafo o consentimento antecipado do proprietário. Neste caso, a prudência recomenda que, uma vez interpelado, o fotógrafo explique a sua situação e chegue a acordo com o proprietário.

Existem locais em que pode ser considerado crime a tomada de imagens, designadamente instalações militares ou outras de interesse para a segurança e soberania nacional.

Locais de acesso público podem ter limites à tomada de imagens, como sejam discotecas e outros locais de diversão; recintos desportivos; estações de metro e comboio; centros comerciais; museus. Estas limitações podem justificar-se, por exemplo, para proteção de direitos de autor, direitos de propriedade, para preservação de bens culturais ou por segurança.

4.

FOTOGRAFIA DE PESSOAS

O Direito à Imagem abrange a figura humana e/ou a sua reprodução em termos tais que tornem reconhecível ou identificável uma pessoa individualmente considerada. Pode envolver apenas partes do corpo. Basta que o próprio nela se reconheça.





A Constituição da República Portuguesa consagra o direito fundamental de cada um a não ser fotografado nem ver o seu corpo exposto sem o seu consentimento. No entanto, quem ocupe cargo ou desempenhe função em que o conhecimento e a relação com o público seja elemento essencial, não goza deste direito nos mesmos termos que o cidadão comum.

O Código Penal impede a devassa da vida privada por meio de fotografias ou divulgação de imagens e pune quem o fizer sem consentimento e com intenção de lesar. O conceito de privacidade/intimidade varia em função das condições pessoais e sociais; de fatores objetivos, espaciais e temporais. Esta proibição impõe-se a entidades públicas e particulares, incluindo a imprensa.

São também proibidas as fotografias obtidas contra a vontade dos visados, mesmo em eventos em que o fotógrafo tenha legitimamente participado. É também proibido utilizar ou permitir que se usem fotografias, mesmo que lícitamente obtidas, quando os visados a isso se opõem.

Estabelece o Código Civil que podem ser feitas, sem necessidade de autorização prévia, fotos de pessoas notórias ou que desempenhem cargos de relevo; quando estejam em causa exigências de polícia ou justiça; para finalidades científicas, didáticas ou culturais; obtidas em lugares públicos, ou enquadradas em factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente. Em

qualquer dos casos, o retrato não pode ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada. Fora destes casos, o retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o seu consentimento. Assim sendo, deve haver consentimento, em especial para a sua comercialização, pelo próprio ou representantes/herdeiros legais.

Depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete, por esta ordem, ao cônjuge sobrevivente; a qualquer descendente, ascendente, irmão, sobrinho ou herdeiro do falecido.

Sempre que possível, deve obter-se autorização do modelo e do proprietário ou do titular do direito de autor sobre uma obra artística. Na dúvida ou não tendo autorização, a imagem deve ser usada apenas em contexto noticioso ou artístico/cultural.

Genericamente, as autorizações devem identificar as partes envolvidas e o alcance da autorização concedida, devendo ser assinada e datada. Devem ser o mais abrangentes possível. Juntar uma foto do modelo à autorização. Garantir que se têm todas as autorizações antes de iniciar a sessão fotográfica. Obter uma autorização por cada dia de fotos, por modelo ou propriedade. No caso de menores, obter autorização dos pais ou representantes legais (em caso de divórcio, é necessário ter atenção ao acordo de regulação do poder paternal). Garantir que as autorizações não têm prazo. Se o modelo falecer, é necessário obter autorização dos herdeiros legais se a imagem for usada para fins comerciais. Digitalizar as autorizações, manter cópias de segurança, garantir que alguém sabe onde se encontram em caso de ausência.

5.

ATUAÇÃO DAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS E DE POLÍCIA

Ciente da existência de limites ao direito a fotografar, é importante que o fotógrafo saiba quais os parâmetros de atuação das autoridades policiais e judiciárias, sobretudo no que respeita ao momento da abordagem na rua e eventual detenção.

5.1 MEDIDAS CAUTELARES

a) Quanto aos meios de prova Os órgãos de polícia criminal podem praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nomeadamente proceder a apreensões.

b) Identificação Os órgãos de polícia criminal podem proceder à identificação de qualquer pessoa encontrada em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, sempre que sobre ela recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes.

_Antes de procederem à identificação, os órgãos de polícia criminal devem provar a sua qualidade, comunicar ao suspeito as circunstâncias que fundamentam a obrigação de identificação e indicar os meios por que este se pode identificar.

_O suspeito pode identificar-se mediante a apresentação do cartão de cidadão ou passaporte. Na impossibilidade de apresentação de um destes documentos, o suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de documento original, ou cópia autenticada, que contenha o seu nome completo, a sua assinatura e a sua fotografia. Se não for portador de nenhum documento de identificação, o suspeito pode identificar-se por um dos seguintes meios: comunicação com uma pessoa que apresente os seus documentos de identificação; deslocação, acompanhado pelos órgãos de polícia criminal, ao lugar onde se encontram os seus documentos de identificação; reconhecimento da sua identidade por uma pessoa identificada nos termos referidos, que garanta a veracidade dos dados pessoais indicados pelo identificando.

_Na impossibilidade de identificação nos termos descritos, os órgãos de polícia criminal podem conduzir o suspeito ao posto policial mais próximo e compeli-lo a permanecer ali pelo tempo estritamente indispensável à identificação, em caso algum superior a seis horas. Ali realizam, em caso de necessidade, provas dactiloscópicas, fotográficas ou de natureza análoga e convidam o identificando a indicar residência onde possa ser encontrado e receber comunicações.

_Os atos de identificação levados a cabo nestes termos são sempre reduzidos a auto e as provas de identificação dele constantes são destruídas na presença do identificando, a seu pedido, se a suspeita não se confirmar. Será sempre facultada ao identificando a possibilidade de contactar com pessoa da sua confiança.

5.2 DETENÇÃO

Flagrante delito: todo o crime que se está a cometer ou acabou de ser cometido.

_A detenção pode ocorrer em caso de flagrante delito, por crime punível com pena de prisão. Pode ser praticada por qualquer autoridade judiciária ou entidade policial e ainda por qualquer pessoa, se uma das entidades referidas anteriormente não estiver presente nem puder ser chamada em tempo útil.

_Tratando-se de crime cujo procedimento dependa de queixa (como pode ser o caso de algumas situações referentes ao direito à imagem), a detenção só se mantém quando, em ato a ela seguido, o titular do direito respetivo o exercer (ex., apresentação de queixa).





5.3 CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO

É constituído arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal.

5.4 INDEMNIZAÇÃO

Quem tiver sofrido detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação pode requerer, perante o tribunal competente, indemnização dos danos sofridos quando: a privação da liberdade for ilegal; a privação da liberdade se tiver devido a erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia; ou se comprovar que o arguido não foi agente do crime ou atuou justificadamente.

EM SÍNTESE

1. Bom senso, bom senso, bom senso.
2. Compreensão do alcance dos direitos próprios e dos outros.
3. Autorizações de modelo, proprietário ou autor.
4. Manter a calma, pedir e registar informações adicionais, avaliar a situação.
5. Apenas as autoridades de polícia podem:
 - a) Tomar medidas cautelares de preservação de prova – apreensão de equipamento;
 - b) Identificar ou deter (qualquer pessoa, mas com chamada de autoridade).
6. Apenas o Tribunal pode ordenar a destruição das imagens.
7. Se isto ocorrer por via de seguranças privados ou trabalhadores de empresas (em certas circunstâncias, mesmo por via de autoridades):
 - a) Formalizar queixa às autoridades de polícia (ou à respectiva hierarquia);
 - b) Ponderar pedido de indemnização;
 - c) Contactar as relações públicas da empresa, a imprensa;
 - d) Denunciar a situação em fóruns específicos.



CONTACTOS
INSTITUTO
PORTUGUÊS
DE FOTOGRAFIA

LISBOA

Rua da Ilha Terceira, 31 A | 1000-172 Lisboa
Telef. [+351] 213 147 305 | ipf.lisboa@ipf.pt

PORTO

Rua da Vitória, 129 | 4050-634 Porto
Telef. [+351] 223 326 875 | ipf.porto@ipf.pt

www.ipf.pt